

PROJETO DE LEI Nº , DE 2008

(Do Sr. Valdir Colatto)

Altera o artigo 5º, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o prazo de pagamento, em relação a períodos trimestrais de apuração, do Imposto de Renda Pessoa Jurídica.

Art. 2º O art. 5º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º O imposto de renda devido, apurado na forma do art. 1º, será pago em quota única, até o último dia útil do trimestre subsequente ao do encerramento do período de apuração.

.....

§ 2º Nenhuma quota poderá ter valor inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais).

§ 3º O imposto devido ou suas quotas serão acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao do encerramento do período de apuração até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de um por cento no mês do pagamento.

.....”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos no primeiro dia do exercício seguinte.

JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Lei trata de medida meramente administrativa que, nada obstante, muito favorecerá o já combalido bolso do contribuinte. Sem quaisquer prejuízos ao Estado, propõe-se a prorrogação do prazo de pagamento do imposto de renda da pessoa jurídica, alterando-se seu vencimento do último dia do mês subsequente ao da apuração para o último dia do trimestre subsequente.

Isso porque, sendo o vigente prazo de recolhimento muito curto, muitas empresas, especialmente as pequenas e médias, necessitam recorrer a escritórios de contabilidade para cumpri-lo, onerando desproporcionalmente o orçamento da pessoa jurídica. Nossa intenção, portanto, é apenas conceder maior prazo para a apuração do imposto, a fim de que a escrituração seja feita de forma correta, sem a necessidade de aumentar os gastos da empresa.

Como o imposto pago será devidamente corrigido pela taxa SELIC, não haverá nenhuma perda financeira para o Estado. Pelo contrário, em termos reais, o valor corrigido será mais elevado, pois nessa taxa estão embutidos juros.

Por isso, contamos com o apoio de nossos ilustres Pares no Congresso Nacional para aprovar a presente Proposição.

Sala das Sessões, em de de 2008.

Deputado VALDIR COLATTO